

Presidentes de partidos firmam hoje pacto anticrise econômica

BRASÍLIA — Os Presidentes dos principais partidos representados no Congresso Nacional assinarão hoje, às 15h, o pacto de combate à inflação. As propostas serão entregues ao Presidente Sarney e visam a garantir a transição política até a posse do futuro Presidente, em 15 de março de 1990. Os 30 pontos do documento, dividido em oito itens, propõem, entre outras coisas, a suspensão dos pagamentos da dívida externa, o corte dos gastos públicos e a redução da remessa de lucros. Segundo o Líder do PMDB no Senado, Ronan Tito (MG), serão convocados todos os partidos para o ato — inclusive o PT, o PDT e o PC do B, que não participaram das negociações.

As propostas para a área externa são consideradas as de maior impacto, pois darão respaldo político para que o Ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, cumpra a promessa de somente pagar aos bancos privados neste ano se o FMI liberar as parcelas dos empréstimos acertados com o Governo. A rodada decisiva de negociações sobre esse assunto acontecerá em setembro, quando Mailson participará da Assembléa Anual do Fundo, em Washington.

Ainda na área externa, os parlamentares sugerem que o Governo facilite as importações de máquinas e equipamentos para permitir a modernização industrial e que evite o aumento na emissão de cruzados necessária para trocar pelos dólares



O Senador Nelson Carneiro (em pé) preside a reunião suprapartidária

acumulados com a suspensão do pagamento da dívida externa.

Na área interna, a medida de impacto mais forte é a instauração do regime de caixa no Tesouro, ou seja, o Governo só gastará o que arrecadar. Atualmente, apesar das promessas do Ministro da Fazenda, isso não ocorre, segundo parlamentares.

Para obter consenso entre os negociadores, foi necessário manter apenas sugestões genéricas.

O detalhamento de cada ponto virá com as medidas efetivas que forem determinadas pelo Executivo. Os pontos do acordo suprapartidário têm validade até 15 de março de 1990.

Telefoto de Luiz Antônio

Política salarial recebe apoio total

As principais propostas do pacto são:

Ajuste fiscal — O Tesouro deve gastar somente o que receber.

Ajuste monetário — Utilizar meios de contenção do crédito.

Política salarial — Manutenção do poder de compra do trabalhador e apoio à atual política salarial, mas defendendo ajustes se os índices da inflação subirem muito.

Política de preços — Controle mais efetivo dos oligopólios e liberação nos setores onde há concorrência.

Estatuais — Recomposição gradual das tarifas até março de 1990.

Ajuste externo — Controle das remessas abusivas de lucros e dividendos, por parte das multinacionais; punição para as empresas que remetem dólares indiretamente; e suspensão dos pagamentos da dívida externa até que se consiga um acordo justo com os credores.

Papel do Congresso — Os Líderes partidários se comprometem a aprovar todas as medidas do Executivo referentes aos ajustes do pacto.

Execução do programa — Os Ministros da área econômica irão periodicamente ao Congresso para esclarecer sobre o andamento do programa.